

SETOR DE SANEAMENTO DEVE ASSUMIR PAPEL NA AGENDA DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Estudo inédito sobre a prática ESG na cadeia de saneamento básico no Brasil indica que o acesso pleno aos serviços de água e esgotamento sanitário pode ser uma das principais chaves para a proteção do meio ambiente, prevenção às mudanças climáticas e combate à pobreza

Fevereiro, 2023 - O desenvolvimento de um mundo mais inclusivo e sustentável, que tenha como objetivo providenciar qualidade de vida para todos, está cada vez mais associado à habilidade das empresas de conceber e executar propostas de negócios que contemplem retorno financeiro, missão social e também transparência.

Para demonstrar seu compromisso com esta agenda e seus esforços, nas últimas décadas tem sido possível observar um movimento crescente no mundo corporativo de integrar ao negócio os pilares ESG (*Environmental, Social and Governance* - que podem ser traduzidos ao português como *pilares Ambientais, Sociais e de Governança*).

Hoje, no Brasil, cerca de 35 milhões de pessoas não têm acesso à água potável e 100 milhões aos serviços de esgotamento sanitário. Com a meta de atingir a universalização até o ano de 2033, como preconiza a Lei 14.026/2020, o acesso pleno ao saneamento básico pode ser uma das principais chaves para a proteção do meio ambiente, adaptação às mudanças climáticas e o combate à pobreza.

É neste contexto, portanto, que o estudo “ESG e Tendências no Setor de Saneamento do Brasil” foi desenvolvido pelo Instituto Trata Brasil, em parceria com a KPMG no Brasil. O material tem como objetivo apresentar um panorama sobre como o setor de saneamento e os atores que compõem sua cadeia se relacionam com os aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG) em torno de suas operações.

Além disso, o estudo inédito propõe uma discussão sobre como será o setor de saneamento do futuro. Um futuro em que temas sociais, ambientais, de governança e éticos devem estar ainda mais presentes.

OS PILARES ESG NO SANEAMENTO BÁSICO

Nos temas sociais, o setor de saneamento desempenha papel fundamental sobre os pilares ESG, principalmente após a instituição do Marco Legal do Saneamento. Pensar no desenvolvimento humano das comunidades impactadas pelas atividades econômicas, tornou-se primordial para uma atuação das empresas como agentes transformadoras e promotoras desses pilares e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). Mais do que levar o saneamento básico, o intuito é de promoção da saúde e proteção do meio ambiente, com práticas de tratamento, reuso sustentável da água, descartes adequados de resíduos e desenvolvimento das comunidades locais.

Dados do Diagnóstico Temático do SNIS, publicado em dezembro de 2022, em relação à água, identificam que 16% da população não tem acesso à rede de água tratada - considerando o índice de atendimento de água com rede geral total (IN055) - ou seja, cerca de 35 milhões de brasileiros vivem em condições de vida insalubres. Há, ainda, 40,3% de perda na distribuição de água tratada, em virtude de fraudes e vazamentos em redes de abastecimento que estão em condições precárias.

Nos temas ambientais, este é um setor cujas concessionárias possuem papel fundamental, pois pelo tratamento dos esgotos, há consequentemente rápida melhoria da qualidade dos recursos hídricos do país. Com a melhoria do serviço, todo esgoto antes lançado *in natura* nos rios, córregos e ruas, passa a ter um

melhor tratamento, retornando ao meio ambiente com carga orgânica reduzida. A condução deste serviço traz impactos positivos no que se refere à preservação ambiental, na promoção do turismo e na eliminação dos chamados “esgotos a céu aberto”, o que reflete diretamente no bem-estar e na economia do país.

Já nas questões de governança, a própria composição das instâncias decisórias do setor, seja dentro ou fora das próprias companhias de saneamento e de seus fornecedores, já está sendo e será cada vez mais observada pelo mercado, pois este é um segmento de atuação com estreita relação com o Poder Concedente Municipal, as Câmaras Municipais, os Governos Estaduais, as Assembleias Legislativas, o Governo Federal, o Ministério Público, os Tribunais de Conta e as Agências Reguladoras. Portanto, torna-se preponderante garantir modelos de negócio mais sustentáveis, éticos e transparentes.

ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

O estudo “ESG e Tendências no Setor de Saneamento do Brasil” foi organizado em três capítulos. O Capítulo 1 apresenta aos leitores a cadeia de valor do saneamento, identificando e descrevendo os atores que são integrantes deste ecossistema, as discussões regulatórias que os orientam, bem como os impactos socioeconômicos gerados pelo setor.

No Capítulo 2 é desenvolvida uma avaliação sobre como estão dispostos os pilares ESG nas empresas do setor, ou seja, a seção identifica como as empresas apresentam sua gestão ESG para públicos de interesse, sendo elas operadoras dos serviços de água e esgoto ou fornecedores da cadeia.

Por fim, no Capítulo 3 são apresentadas algumas tendências e inovações em ESG para o setor de saneamento básico. Neste capítulo, o estudo mapeia desafios e oportunidades considerando quatro tópicos de discussão: as mudanças climáticas, a transição da economia global e nacional para uma economia de baixo carbono, a economia circular e a regeneração dos ecossistemas.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Dentre as principais conclusões apresentadas pelo estudo estão as seguintes:

- a. Apesar da enorme e reconhecida importância do setor para a inclusão dos cidadãos brasileiros nas áreas urbanas e rurais aos serviços de água e saneamento, de forma a garantir as bases de desenvolvimento do país, há ainda muito a ser entendido e explorado no que diz respeito ao seu papel na agenda de adaptação às mudanças climáticas, geração distribuída de energia, economia circular e geração de empregos relacionados com esta agenda de transição.
- b. Como em outros setores da economia, em geral, as grandes empresas de saneamento publicam mais dados sobre a gestão dos aspectos ESG do que as empresas de pequeno e médio portes.
- c. A transição do setor não será impulsionada somente pelo novo marco do saneamento. Os impulsionadores desta transição são também determinados muito fortemente:
 - pelo impacto que as mudanças climáticas devem ter no setor, mudando o fluxo, localização e sazonalidade das chuvas,
 - pela transição da economia global e nacional para uma economia de baixo carbono onde emissões de gases que provocam o efeito estufa serão contabilizadas e possibilidades de absorção de carbono extremamente valorizadas,
 - pelo estabelecimento de uma economia circular onde resíduos devem ser gerenciados de forma a não serem levados a aterros ou depósitos similares,

- pela necessidade e incentivos à regeneração dos ecossistemas para estabilização climática, segurança alimentar, entre outros fatores,
 - pela necessidade de inclusão da população vulnerável nos serviços que garantem a qualidade de vida necessárias para que o país continue se desenvolvendo,
 - pela necessidade de preparar os líderes, profissionais do setor e seus fornecedores para esta transição, assim como toda a sociedade, para a transição que já se iniciou.
- d. Essa realidade traz para as lideranças do setor e seus especialistas desafios em vários níveis:
- Trabalhar juntamente com toda a sociedade para que os investimentos necessários para implementação do novo marco do saneamento sejam garantidos, uma vez que, de acordo com o Governo Federal, isso exigirá cerca de R\$500 bilhões em investimentos para que o acesso a água e esgoto tratado seja uma realidade para todos os brasileiros.
 - Promover a adaptação da cadeia de valor – reguladores, empresas, fornecedores e clientes – às mudanças climáticas, que exigirá nova governança para gestão de recursos hídricos num ambiente com mudança na sazonalidade das chuvas, enchentes e secas.
 - Reduzir a dependência do setor em relação às fontes centralizadas de energia, que também será impactada pelas mudanças climáticas. O setor utiliza grandes quantidades de energia – cerca de 3% de toda a energia gerada no país.
 - Desenhar e implementar um plano de descarbonização de suas operações e de seus fornecedores. Dependente cada vez mais de investidores que consideram a emissão de gases do efeito estufa um risco para toda a economia, assim como a necessidade de responder às demandas por redução de emissões de grandes clientes (empresas exportadoras ou que buscam capital no mercado, por exemplo), entre outros fatores, fazem com que esta agenda se torne crítica.
 - Entender e explorar as oportunidades geradas pela transição para operações de baixas emissões de carbono, economia circular, regeneração de ecossistemas e inclusão social.
 - Promover melhores práticas de gestão aos aspectos ESG criando maior resiliência em toda a cadeia de valor do saneamento, uma vez que os aspectos sociais e ambientais vão estar cada vez mais presentes na gestão de todos os negócios.
- e. Para lidar com esta variedade de desafios e oportunidades, as empresas do setor devem desenvolver formas de colaboração entre instituições e outros atores da cadeia de valor para buscar a agilidade exigida pelo processo de transição das empresas e de toda a sociedade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO:

“O estudo aponta que o setor de saneamento será fundamental para mitigar os impactos das mudanças climáticas, que influenciam na sazonalidade das chuvas, enchentes e secas, e conseqüentemente, impactam no acesso pleno à água potável. Universalizar o saneamento será determinante para a preservação do meio ambiente, uma vez que, no país, são lançadas 5.522 piscinas olímpicas de esgoto sem tratamento por dia em nossos rios e mares. Esta é a chave para termos água na quantidade e qualidade necessária para as futuras gerações.” - aponta Luana Siewert Pretto, Presidente Executiva do Instituto Trata Brasil.

“O setor de saneamento tem um papel excepcional a jogar na garantia do acesso à água potável e tratamento de esgoto para toda a população brasileira nas áreas urbanas e rurais, em uma década na qual

recursos hídricos vão estar no centro das atenções como nunca antes, especialmente em função do impacto das mudanças climáticas. Este estudo se propõe a ser o começo de uma conversa sobre como os líderes e especialistas de toda a sociedade devem entender o papel crítico que este setor tem e terá, e como podemos formar alianças para que recursos hídricos sejam gerenciados e protegidos para o benefício de todos.”, comenta Nelmara Arbex, sócia-líder de ESG Advisory da KPMG no Brasil e na América do Sul.

DESTAQUES POR CAPÍTULO

CAPÍTULO 1 - A CADEIA DE VALOR DO SANEAMENTO

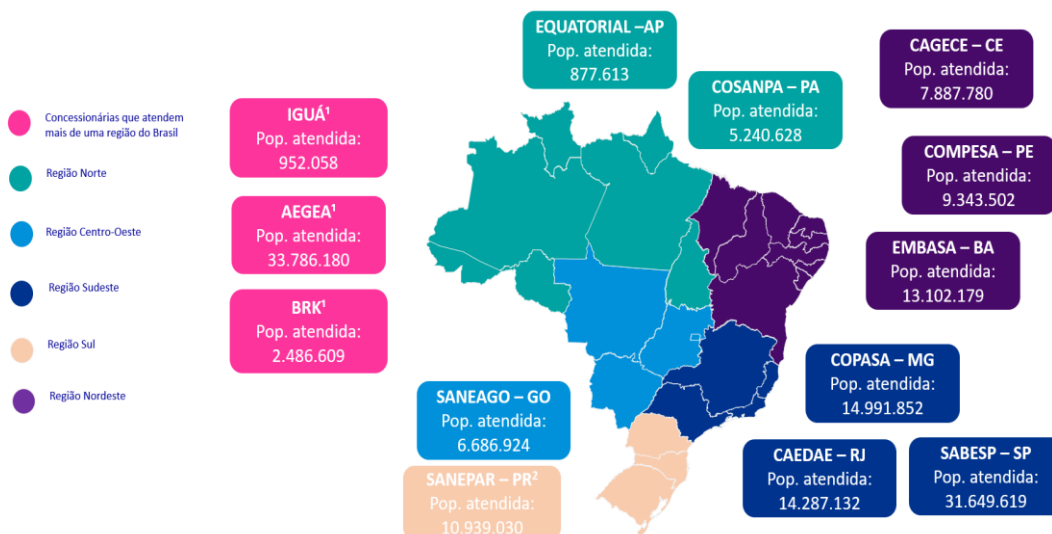
DESCRIÇÃO DOS ATORES DA CADEIA

De acordo com o SNIS 2021, a distribuição dos tipos de prestadores no Brasil é apresentada abaixo:

Natureza Jurídica	Municípios		População	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Administração pública direta	1.240	20,7%	18.866.132	7,44%
Autarquia	534	8,9%	30.988.524	12,23%
Empresa privada	599	10,0%	52.830.782	20,85%
Empresa pública	83	1,4%	2.546.415	1,00%
Sociedade de economia mista com adm. Pública	3.518	58,8%	148.141.831	58,46%
Organização social	4	0,1%	48.601	0,02%
Grand Total	5.978	100,0%	253.422.285	100,00%

Complementarmente, a figura a seguir ilustra as principais empresas e companhias do Brasil - por região e população impactada. Foram destacadas aquelas que atenderam às maiores populações, contemplando todos os municípios em que fornecem o serviço de saneamento.

Os dados foram extraídos do SNIS 2021, com algumas atualizações em virtude de algumas prestações de serviço que foram privatizadas. Foram incluídos os municípios atendidos pelas concessões da AEGEA, BRK, Equatorial e Iguá Saneamento, de acordo com as informações públicas disponibilizadas por essas empresas.



Fonte: Adaptado de SNIS 2021 - As concessões das empresas Igua, AEGEA, BRK e Equatorial, foram atualizadas de acordo com as informações de seus respectivos websites disponíveis em janeiro de 2023.

1 - Aegeo (AM, CE, ES, MA, MS, MT, PA, PI, RJ, RO, RS, SC, SP); BRK (ES, MA, PA, RJ, RS, SC, SP); Igua (MT, PR, SC, AL, SP, RJ)

2- Saneapar atende 2 municípios em SC e um no PA

Quanto aos fornecedores, estes estariam divididos em duas categorias, como disposto abaixo:

Materiais – De acordo com o Estudo “Impactos do Marco do Saneamento na cadeia de fornecedores”, desenvolvido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os principais materiais adquiridos pelas concessionárias de saneamento, considerando os custos investidos são: tubos de ferro fundido, aço PVC e PEAD, hidrômetros e conexões de PVC e PEAD; válvulas e bombas, adaptadores, materiais elétricos, máquinas e equipamentos, produtos químicos e laboratoriais para tratamento.

Serviços - Em relação aos principais serviços oferecidos, podemos citar: serviços de mão de obra para construção, expansão e manutenção das infraestruturas (redes e estações de tratamento). Além disso, também estão envolvidos especialistas em diversos campos da engenharia, química, desenvolvimento local, além de advogados e consultores de estruturação de financiamento.

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DO SANEAMENTO

Dentre outros, alguns dos impactos destacados no estudo são:

Impacto econômico:

Considerando o período entre 2021 e 2040, é esperado que os benefícios promovidos a partir da universalização do saneamento alcancem R\$ 1,455 trilhão em todo o país, sendo R\$ 864 bilhões de benefícios diretos (renda gerada pelo investimento e pelas atividades e impostos recolhidos) e R\$ 591 bilhões devido à redução de perdas associadas às externalidades. Os custos incorridos no período devem somar R\$ 639 bilhões. Assim, os benefícios devem exceder os custos em R\$ 816 bilhões, ou R\$ 40,8 bilhões por ano, indicando um balanço social bastante promissor para o país.

Impacto nos setores industriais:

A implantação de investimentos em saneamento são basicamente serviços de infraestrutura e, portanto, envolve diretamente setores como construção civil e de indústrias de máquinas e equipamentos. Os impactos de tais investimentos, por sua vez, afetam uma longa cadeia produtiva, envolvendo serviços como:

- Fabricação de produtos de metal com a produção de reservatórios metálicos e tubos de ferro fundido - sendo altamente utilizados por indústrias de aço e alumínio;
- Aumento na demanda de fabricação de produtos como plástico, borrachas, tubulações, válvulas, e, na indústria de materiais não metálicos como cimento e concreto;
- Na indústria eletroeletrônica, com a demanda por quadros de comando, automação, materiais de instalação e telemedicação.

Impacto no combate à pobreza:

Para que um programa de combate à pobreza seja bem sucedido, devem ser considerados aspectos além da renda, que visem o alcance de necessidades básicas, colocando novas exigências, como serviços de água potável, saneamento básico e outros como saúde, educação e cultura.

Impacto na geração de emprego e renda:

Ao entrar no âmbito do aspecto social e analisar como o setor de saneamento vem impulsionando a geração de renda e emprego no Brasil, há também um resultado notável sobre o número de empregos.

Estima-se que, na média do período 2005-2020, essas obras sustentaram quase 68,9 mil empregos diretos por ano na construção civil. Esses empregos pagaram R\$ 2,903 bilhões de salários, benefícios e contribuições trabalhistas.

Impacto em melhores oportunidades e acesso à educação:

Além disso, níveis adequados de saneamento básico proporcionam melhores oportunidades e indicadores na educação da população. Moradores de áreas sem acesso à rede de distribuição de água e de coleta de esgotos têm atraso escolar e isso implica em uma perda de produtividade e remuneração para as gerações futuras. Segundo dados do Painel Saneamento para o ano base 2020, a escolaridade das pessoas com acesso aos serviços de saneamento é de 9,76 anos de educação formal. Já em relação à escolaridade das pessoas sem acesso aos serviços de saneamento é de 5,65 anos.

Impacto Ambiental

As mudanças climáticas causam perturbações ao ciclo da água, conhecido cientificamente como ciclo hidrológico, fazendo com que situações de enchentes e secas extremas sejam cada vez mais frequentes. Elas possuem grande importância, posto que diversas regiões do Brasil já estão em condições desfavoráveis quanto à disponibilidade hídrica. Por exemplo, a Associação Brasileira das Agências Reguladoras (ABAR) aponta o nível de disponibilidade hídrica do Estado de São Paulo dentro de um intervalo entre 1.500 e 2.500 m³/habitante/ano, valores esses considerados pobres de acordo com os critérios de classificação da Organização das Nações Unidas - ONU.

CAPÍTULO 2 - A AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES ESG NO SETOR DE SANEAMENTO E PERSPECTIVAS

A principal forma de uma empresa qualquer comunicar seus propósitos, objetivos, metas, indicadores, sobre os aspectos sociais, ambientais, de governança e éticos (ESG) de sua performance é através de relatórios e documentos públicos. Estes relatórios são chamados relatórios ESG, ou Relatório de Sustentabilidade, Relatório socioambiental, ou podem ter ainda outros nomes.

Importante para quem se propõe a analisar performance ESG de uma empresa e seu impacto na sociedade é saber que há padrões nacionais e internacionais bem definidos sobre como estes relatórios e indicadores devem ser organizados e apresentados.

Temas materiais, de acordo com a definição da metodologia GRI (Standard GRI 3, Temas Materiais 2021, página 17) são: “temas que representam os impactos mais significativos da organização na economia, no meio ambiente e nas pessoas, inclusive impactos em seus direitos humanos”. Estes temas identificados devem ser priorizados na implementação da Gestão ESG e refletir os esforços das organizações em gerir seus os impactos, reduzindo sua pegada ambiental e otimizando seus impactos sociais.

TEMAS MATERIAIS ESG DAS EMPRESAS DE ÁGUA E ESGOTO

Em relação às principais empresas de Saneamento do Brasil, foram selecionadas as concessionárias por Estado e por volume de população atingida e destacadas aquelas que atenderam as maiores populações, contemplando todos os municípios em que fornecem o serviço de saneamento. Os dados foram extraídos do SNIS 2021, que é a base mais recente disponível. Entre elas, foram identificadas até a data de 20 de janeiro de 2023, as empresas concessionárias que publicaram relatórios de sustentabilidade.

Empresa	Estado	Ano do último relatório	Padrão Utilizado	Link
Aegea	AM, CE, ES, MA, MS, MT, PA, PI, RJ, RO, RS, SC, SP	2021	IIRC, GRI, ODS	https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9aa4d8c5-604a-4097-acc9-2d8be8f71593/2ade05b1-9354-bf32-948e-727d64943891?origin=1
BRK Ambiental	ES, MA, PA, RJ, RS, SC, SP	2021	GRI, IIRC, Principios do Pacto Global e ODS	https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9ffe3afc-e8e3-4e62-9f49-04166095f065/ff412d90-709c-be99-0535-e1318cf3bb25?origin=1
CAEMA ¹	MA	2020	GRI G4	https://www.caema.ma.gov.br/index.php/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade
CAGECE	CE	2020	IIRC, GRI, ODS	https://www.cagece.com.br/wp-content/uploads/PDF/Relat%C3%B3riodeSustentabilidade/Cagece-2020_V6.pdf
CASAN	PR, SC	2021	GRI	https://ri.casan.com.br/bfd_download/relatorio-de-sustentabilidade-2021/
COMPESA	PE	2021	ODS	https://servicos.compesa.com.br/wp-content/uploads/2022/06/relatorio-esg-jun-2022.pdf
COPASA	MG	2021	GRI, ODS, SASB	https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/8bdb3906-0618-4e78-bbe3-a0be9f02d8cc/64eab44e-8d0b-f04e-fef6-a9bdbfa0229b?origin=2
CORSAN	RS	2021	GRI, SASB	https://www.corsan.com.br/upload/arquivos/202206/23165747-relatorio-de-administracao-e-sustentabilidade-2021.pdf

¹ A CAEMA não foi considerada no levantamento de temas materiais apresentado abaixo devido à utilização do GRI G4, que não segue os mesmos padrões do GRI Standards.

EMBASA	BA	2021	IIRC, GRI, ODS	https://www.embasa.ba.gov.br/images/Sustentabilidade/responsabilidadesocioambiental/relatoriodeadministracaoesustentabilidade/RAS_Embasa_14-10.pdf
Equatorial ²	AP	2021		https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/62b21cba-838c-49a4-aaef-e0fb2350c169/75180794-bd58-374f-2a16-f1601f32a00d?origin=1
Iguá Saneamento	MT, SP	2021	GRI, IIRC, SASB e ODS	https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/3c6adbe6-b0cd-4d47-a8c2-30892fd45b3d/4cc3f0df-dcc8-6619-27f0-1435fd05fd4f?origin=1
SABESP	SP	2021	GRI	https://site.sabesp.com.br/site/uploads/file/relatorios_sustentabilidade/Sabesp_Relatorio_Sustentabilidade_2021.pdf
SANASA	SP	2021	GRI, IIRC	https://www.sanasa.com.br/document/noticias/3281.pdf
SANEAGO	GO	2021	GRI, ODS	https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/19af8c99-e3b9-42ac-8d8b-215e647f1655/a2c5d3e9-9c55-26bc-adb9-f54830033520?origin=2
SANEPAR	PA, PR, SC	2021	IIRC, GRI, SASB	https://ri.sanepar.com.br/docs/Relatorio-de-Sustentabilidade-Sanepar-2022-05-27-HmD7jfpW.pdf

Empresa	Estado	Classificação da informação	Informações públicas sobre sustentabilidade/ gestão ESG
AEGEPISA	PI	N/A	Não encontramos informações públicas sobre a gestão ESG da concessionária
CAERN	RN	N/A	Não encontramos informações públicas sobre a gestão ESG da concessionária
CAESB	DF	Política de meio ambiente	https://www.caesb.df.gov.br/images/governanca/politica_ambiental-2020-2023.pdf
CASAL	AL	N/A	Não encontramos informações públicas sobre a gestão ESG da concessionária
CEDAE	RJ	política de meio ambiente	https://cedae.com.br/politica_meio_ambiente
COSANPA	PA	N/A	Não encontramos informações públicas sobre a gestão ESG da concessionária
DESO	SE	Programas ambientais	https://www.deso-se.com.br/menu/programas-especiais
DMAE	MG, RS	N/A	Não encontramos informações públicas sobre a gestão ESG da concessionária
SANESUL	MS	política de meio ambiente	https://www.sanesul.ms.gov.br/meio-ambiente

A partir da análise das tabelas, é possível concluir que dentre as empresas analisadas, de acordo com metodologia definida, o posicionamento público sobre a gestão ESG no setor é estruturado principalmente para grandes concessionárias privadas e públicas que atendem grandes populações. Todavia, a maior parte das concessionárias analisadas apresentam pelo menos algum tipo de conteúdo público, política ambiental ou página no site com informações relacionadas aos aspectos ambientais, sociais e de

² A Equatorial Energia ganhou, no setor de saneamento, a concessão da Companhia de Saneamento do Amapá (CSA) em setembro de 2021. Por este motivo, a materialidade do último relatório de sustentabilidade não envolve o escopo de água e esgoto.

governança. Dentre as 24 empresas analisadas, 15 publicam relatório de sustentabilidade, enquanto nove delas não possuem o documento estruturado com a gestão, indicadores e desempenho da Gestão ESG.

QUADRO RESUMO DE TEMAS MATERIAIS DAS EMPRESAS DE ÁGUA E ESGOTO

Temas	TOTAL	Aegae - SP	BRK Ambiental - SP	CAGECE	CASAN - SC	COMPESA - PE	COPASA - MG	CORSAN - RS	EMBASA	Iguá Saneamento	SABESP - SP	SANASA - SP	SANEAGO	SANEPAR - PR
AMBIENTAL														
Gestão de água e efluentes	13	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Gestão de energia	13	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Emissões de gases de efeito estufa	9	X	X		X	X	X			X	X	X		X
Gestão de resíduos	9	X		X			X	X	X	X	X	X		X
Biodiversidade	8	X	X				X		X	X	X	X	X	
Materiais	3						X		X			X		
SOCIAL														
Responsabilidade social- comunidades locais	13	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Gestão de colaboradores	12	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Universalização do saneamento	10	X	X		X	X	X	X		X		X	X	X
Saúde e segurança dos clientes	10	X		X	X	X	X	X	X		X	X	X	
Diversidade e inclusão	9	X		X		X	X	X		X	X	X		X
Atendimento ao cliente	6				X		X				X	X	X	X
Medidas preventivas à Covid-19	3				X			X			X			
GOVERNANÇA														
Ética e integridade	13	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Gestão e eficiência operacional	5	X	X		X		X						X	
Avaliação socioambiental de fornecedores	4			X			X		X			X		
Gestão de riscos	3	X					X						X	
Inovação e tecnologia	3	X				X					X			
Performance econômica	10	X	X	X	X		X	X	X	X		X	X	

A tabela, portanto, indica os temas que estão sendo retratados nos relatórios das empresas do setor. Como é possível observar, alguns temas, como os do pilar de governança, por exemplo, ainda poderiam ser mais trabalhados e comunicados em suas divulgações. Como indicado na seção que reúne os principais resultados do estudo, as empresas devem desenvolver formas de colaboração entre instituições e outros atores da cadeia de valor para buscar a agilidade exigida pelo processo de sua transição e de toda a sociedade para os pilares ESG.

ANÁLISE DAS PRÁTICAS ESG DOS FORNECEDORES DO SETOR

Há grande expectativa de que as empresas do saneamento, desenvolvam parcerias com seus fornecedores para melhoria da gestão de aspectos ESG na sua cadeia. Para que fossem mapeados os principais serviços e produtos oferecidos pelas empresas fornecedoras do Saneamento, se utilizou como base os segmentos demandados que foram estabelecidos em estudo feito pelo BNDES (“Novo Marco Legal do Saneamento: Impactos na Cadeia de Fornecedores”).

- Tubos PEAD e resina de polietileno
- Tubos PVC e Resina PVC
- Químicos para tratamento e cloro-soda
- Bens de Capital para Saneamento
- Tubos Ferro Fundido
- Tubos Concreto
- Hidrômetros (incluído neste estudo separadamente por sua importância para universalização dos serviços)

Para referência das práticas ESG entre fornecedores do Saneamento, foram mapeadas as associações brasileiras que representam os interesses de cada um dos grupos de fornecedores citados acima. Após essa etapa, se realizou consulta com as associações a fim de entender quais são as principais empresas fornecedoras do Setor do Saneamento, considerando os segmentos estipulados. Para análise das práticas ambientais, sociais e de governança em cada empresa, se utilizou como fonte o Relatório de Sustentabilidade 2020/2021 de cada, assim como as comunicações públicas em seus websites.

Analisando os temas materiais apresentados pelos fornecedores em suas divulgações públicas, se forma a seguinte tabela:

Temas	Resina PEAD			Resina PVC		Tubos PEAD e Tubos PVC		Bens de Consumo			Cloro-soda e químicos			
	Braskem	Dow	Borealis	Braskem	Unipar	Amanco-Weavin	Tigre	OEC	Constutora Barbosa Mello	Braskem	Unipar	Dow	Kathum	
AMBIENTAL														
Gestão de água e efluentes	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Materiais	X	X	X	X	X		X		X	X		X		
Gestão de energia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Emissões de gases de efeito estufa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Gestão de resíduos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Biodiversidade	X	X		X						X		X	X	
SOCIAL														
Gestão de colaboradores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Saúde e segurança dos clientes	X	X	X	X		X				X		X		
Diversidade e inclusão	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	
Universalização do saneamento							X							
Responsabilidade social: comunidades locais	X	X		X	X	X		X	X	X	X	X	X	
GOVERNANÇA														
Avaliação socioambiental de fornecedores	X	X	X	X	X			X		X	X	X		
Gestão e eficiência operacional								X						
Ética e integridade	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	
Tributos	X	X		X						X		X		
Inovação e tecnologia			X											
Performance econômica	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	

No quadro-resumo dos fornecedores do setor também é possível observar que o pilar de governança reúne os principais gargalos do material encontrado em suas divulgações.

CAPÍTULO 3 – TENDÊNCIAS E INOVAÇÕES NO SETOR

Neste capítulo, são apresentados os temas críticos, inovações e tendências que podem ajudar líderes e especialistas a se prepararem para o futuro desenvolvimento do setor de saneamento, que, como todos os outros setores, deve passar por uma transição.

Mudanças climáticas:

Como a PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente) explica, no centro das discussões sobre mudanças climáticas está, de muitas formas, a questão do acesso e gestão da água, ou de enchentes, secas, aumento do nível do mar ou até mesmo incêndios florestais. Até 2030, espera-se que uma em cada duas pessoas enfrente uma grave escassez de água.

Investir em irrigação mais eficiente será crucial, já que a agricultura responde por 70% de todas as retiradas globais de água doce. Nos centros urbanos, cerca de 100-120 bilhões de metros cúbicos de água poderiam ser economizados globalmente até 2030 com a redução de vazamentos.

No Brasil, a mudança climática tem impacto também na produção de energia nas usinas hidroelétricas, fonte da maior parte de nossa matriz energética atual. Projeções indicam que o setor de saneamento consome cerca de 3% do total de energia produzida de forma centralizada no país.

Isso faz do setor de saneamento um setor com duplo impacto diante das mudanças climáticas: por um lado há escassez ou excesso de água no sistema, por outro, um setor com uso intenso de energia dependente de uma matriz energética fortemente impactada pelas mudanças climáticas.

Assim, a agenda colocada para o setor em relação a este tema, passa por, por exemplo:

- Aumento da resiliência do sistema de captação de água, através de mecanismos de gestão de recursos hídricos em rios, bacias, áreas rurais e urbanas;
- Aumento da eficiência na gestão de recursos hídricos;
- Redução da dependência da matriz energética centralizada.

Transição para economia de baixo carbono:

Emissões de gases que provocam o efeito estufa serão monitoradas por governos, mercados e investidores. Por exemplo, o governo brasileiro publicou em março de 2022 decreto que determina que os setores da economia brasileira apresentem seus planos de descarbonização; o Senado regulamentou em Novembro de 2022 o mercado de carbono; a União Europeia, um dos maiores mercados com os quais o Brasil mantém relações comerciais, começou a implementar uma política de cobrança de impostos sobre produtos atrelados à intensas emissões para 6 setores fornecedores da região.

Diante desse quadro, pode-se afirmar que este movimento chega ao setor e saneamento de várias formas, como, por exemplo, através de:

- Necessidade de entender, enquanto setor de saneamento, qual será sua contribuição para o país atingir as metas às quais se propôs, que basicamente deve atingir emissões líquidas zero em 2050;
- Entendimento dos riscos e oportunidades que o setor de saneamento tem em relação à esta agenda, incluindo suas cadeias de fornecedores e clientes nesta equação;
- Busca de soluções inovadoras e financiamento para fazer esta transição.

Economia Circular:

A chamada Economia Circular se tornou um tema global. A este conceito estão relacionadas formas de reduzir para zero a geração de resíduos, fazendo com que os resíduos de todo processo industrial sirvam de insumo para outro, e também formas de reduzir a dependência de setores produtivos ao acesso a materiais que têm custo – ambiental, social e político - cada vez mais alto. Esta agenda se conecta com o setor de saneamento de duas formas:

- Gestão de resíduos do processo de tratamento de esgoto;
- Gestão de resíduos sólidos que no Brasil não são despejados nos leitos de rios e sistemas de tratamento de água e esgoto pelo país.

Regeneração de ecossistemas:

A agenda de regeneração dos ecossistemas e sua biodiversidade para estabilização do clima, garantia de segurança alimentar e qualidade de vida é uma agenda global. Ela tem importância para o setor de



saneamento no sentido de garantir que as bacias das quais o setor depende sigam operando regularmente, mas também porque o setor tem grandes áreas sob sua gestão que podem e devem contribuir para a regeneração dos ecossistemas. Parte dessa agenda se conecta com as soluções baseadas na natureza, que tem linhas de financiamento global.

PARA ENTREVISTAS, CONTATE:

Aymeê Gurjão - Analista de Comunicação do Instituto Trata Brasil
imprensa@tratabrasil.org.br / 11 3021-3143

Isabella Falconier - Trainee de Comunicação do Instituto Trata Brasil
painelsaneamento@tratabrasil.org.br / 11 3021-3143